

Exmo. Senhor

Presidente da Associação Nacional dos Topógrafos

Coimbra, 25 de Novembro de 2013

Assunto: alterações ao Projecto de Estatuto da Câmara dos Topógrafos

A Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, veio estabelecer o Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais (LAP), tendo revogado o diploma legal que, até aí, regulava essa matéria, mais concretamente a Lei n.º 6/2008, de 13 de Fevereiro.

Sem cuidar aqui de elencar todas as alterações introduzidas por este novo regime legal – até porque, de seguida, se explanarão as alterações introduzidas no Projecto de Estatuto da Câmara dos Topógrafos - sempre importará dizer, para o que aqui importa considerar, que o mesmo é aplicável quer às associações públicas profissionais já existentes à data da sua entrada em vigor quer àquelas que venham, no futuro.. Por essa razão, as associações já existentes estão obrigadas a submeter ao Governo um projecto de alteração dos respectivos estatutos que os adegue às novas soluções da LAP.

A criação da Câmara dos Topógrafos é uma antiga aspiração dos topógrafos portugueses, estando, há já alguns anos, à espera – ou, porventura melhor dizendo, dependente – do necessário impulso na Assembleia da República, para o que, nos termos do regime legal agora revogado (Lei n.º 6/2008, de 13 de Fevereiro), foi elaborado um Projecto de Estatutos e, bem assim, estudo referente à necessidade da Câmara em termos da realização do interesse público.

Ora, aguardando-se ainda decisão quanto à criação da Câmara dos Topógrafos, impõe-se que o projecto de Estatuto submetido à apreciação da Assembleia da República seja adaptado à nova realidade introduzida pela LAP.

Neste sentido, e na sequência do pedido que nos foi formulado pela Direcção da Associação Nacional dos Topógrafos, procedemos às alterações que, à luz do novo regime jurídico, nos parece pertinente introduzir no Projecto de Estatuto, sendo que tomámos a liberdade de introduzir outras que,

segundo entendemos, servem melhor os interesses da futura Câmara e, aliás, dos topógrafos portugueses.

Há, porém, pontos que, não obstante nos parecer que devem ser alterados (não por imposição legal mas para um mais eficiente funcionamento da futura Câmara), sempre impõem uma discussão, no seio da Associação Nacional dos Topógrafos, no sentido de se aferir qual é, efectivamente, a vontade dos associados quanto à estrutura organizacional da Câmara.

Referimo-nos, desde logo, à eleição do Conselho Nacional que, de acordo com o Projecto de Estatuto que nos foi apresentado, é feita pela Assembleia de Representantes e não – ao contrário do que sucede com outros órgãos, por sufrágio directo, universal, secreto e periódico.

Não há dúvidas de que a LAP não impõe que o órgão representativo seja eleito por uma tal forma de sufrágio. No entanto, o que nos parece é que, com a solução actualmente consagrada nos Estatutos, corre-se o risco de o Presidente da Câmara dos Topógrafos ser eleito com base numa dada linha ou programa e pelo menos parte dos membros do Conselho Nacional (eventualmente a maioria) ser eleito com base noutro programa, o que, como bem se compreende, pode criar obstáculos ao normal funcionamento do órgão.

De todo o modo, como dissemos, é algo que deixamos à reflexão, ficando, como é óbvio, à disposição para qualquer alteração que, neste âmbito, queiram introduzir, dado que se optou por manter a eleição nos termos definidos no projecto de Estatutos inicial.

Cumpre, por outro lado, chamar a atenção para o facto de a LAP prever a figura do Provedor, personalidade independente que tem por função defender os interesses dos destinatários do serviços prestados por membros das associações públicas profissionais. Esta é, porém, uma figura de carácter facultativo, que os estatutos podem, ou não, prever, razão pela qual é matéria que fica, também, para discussão no seio da Associação Nacional dos Topógrafos.

Salienta-se, também, o facto de a LAP prever a obrigatoriedade de criação de um Balcão Único, que consiste em todos os pedidos, comunicações, notificações ou declarações relacionados com a profissão, com excepção dos relativos a processos disciplinares, serem efectuados por transmissão

electrónica de dados, efectuada através do sítio na Internet da respectiva associação pública profissional. Uma vez que essa previsão tem natureza meramente procedimental, não é feita quanto à mesma qualquer previsão estatutária expressa, deixando-se para regulamento interno a forma de apresentação de quaisquer requerimentos à Câmara.

Dito isto, passemos, então, à explicação das alterações que entendemos por bem introduzir (chama-se a atenção para que a numeração que aqui se segue ser já a que resulta das alterações efectuadas, não tendo, portanto, correspondência directa com o anterior projecto).

– No artigo 2.º foi acrescentada uma nova alínea (alínea k) para, no âmbito das atribuições da Câmara, passar a constar o reconhecimento de qualificações profissionais obtidas fora do território nacional;

– No n.º 2 do artigo 5.º acrescentou-se uma ressalva, relativamente à constituição da Câmara como assistente em processos penais, para os casos de processos que envolvam responsabilidade disciplinar (nos quais essa constituição não é possível), em conformidade com o que decorre do artigo 49.º da LAP;

– Acrescentou-se um artigo 6.º relativo à cooperação da Câmara com outras entidades, nacionais e estrangeiras, em conformidade com o que decorre do artigo 12.º da LAP;

– No artigo 9.º, mais concretamente nos n.ºs 2 e 3 deste, opta-se por remeter a matéria da inscrição de membros efectivos para regulamento interno a aprovar pela Assembleia de Representantes e consagra-se, de forma expressa, a competência do Conselho Nacional para deliberar sobre os pedidos de inscrição daqueles membros. A opção por remeter a inscrição de membros para Regulamento prende-se com o facto de ser matéria que pode vir a ter várias alterações ao longo do tempo (documentos necessários, forma de apresentação, requisitos, etc...), razão pela qual, a estar consagrada tal matéria nos Estatutos, essas alterações obrigariam, necessariamente, a uma alteração estatutária o que, salvo melhor opinião, é absolutamente excessivo.

– Eliminou-se o artigo 10.º do anterior Projecto, com base nas razões que presidiram à alteração do artigo 9.º, a que supra se aludiu, ficando essa matéria submetida a Regulamento Interno;

– No artigo 17.º estabeleceu-se que para o Conselho de Jurisdição é condição de elegibilidade o exercício da profissão por um mínimo de oito anos e eliminou-se a possibilidade de um terço dos membros deste órgão poder ser constituído por juristas (e, portanto, por pessoas que não integram a Câmara), por se entender que não obstante essa possibilidade estar prevista na lei (e a LAP continua a

prevê-la), as decisões deste órgão, apesar de poderem fundamentar-se em informações ou pareceres jurídicos, sejam eles externos ou produzidos por funcionários contratados, sempre devem ser tomadas apenas por Topógrafos.

- Acrescentou-se, também, um n.º 4 no artigo 17.º, onde se estabelece a incompatibilidade entre o exercício das funções executivas, de supervisão e de fiscalização.

- Ainda no artigo 17.º, acrescentou-se um n.º 5, por força do estatuído no artigo 19.º da LAP, por forma a consagrar a incompatibilidade entre o cargo de titular de órgão da Câmara e o exercício de funções dirigentes na função pública, ou quaisquer outras com as quais se verifique um manifesto conflito de interesses;

- No artigo 19.º estabeleceu-se forma e prazo para convocatória da Assembleia Eleitoral e a simultaneidade da eleição para todos os órgãos da Câmara;

- Acrescentou-se o artigo 20.º, onde se contemplam as regras de funcionamento da Assembleia Eleitoral;

- No n.º 3 do artigo 22.º foi consagrada a necessidade de reconhecimento da assinatura dos membros da Câmara que exerçam o direito de voto por correspondência;

- No artigo 23.º previu-se que todos os mandatos dos órgãos da Câmara sejam de três anos. Deixa, portanto, de haver distinção entre o mandato do Conselho de Jurisdição e o dos restantes órgãos, como sucede, aliás, com a generalidade das associações públicas profissionais.

- No artigo 24.º substituiu-se a referência a “demissão” por “renúncia”, por se afigurar ser a terminologia mais adequada;

- Acrescentou-se um artigo 25.º, onde prevêm as regras para substituição dos titulares dos órgãos em caso de renúncia ou caducidade do mandato;

- No artigo 27.º eliminou-se a possibilidade de eleição do Conselho de Jurisdição por parte da Assembleia de Representantes, uma vez que a eleição daquele órgão tem agora, nos termos do artigo 15.º, n.º 7, da LAP, de ser feita por sufrágio directo, universal, periódico e secreto.

- No artigo 29.º, n.º 3, estabelece-se a forma de convocatória das reuniões da Assembleia de Representantes;

- No artigo 31.º atribui-se ao Presidente da Câmara competência para zelar pelo cumprimento do Estatuto e dos regulamentos internos e esclarece-se que o Presidente tem voto de qualidade nas deliberações do Conselho Nacional (e não, portanto, dos restantes órgãos);

- No artigo 34.º atribui-se competência ao Conselho Nacional para, além das já definidas, dirigir

os serviços da Câmara de âmbito nacional, definir a percentagem do montante das quotas a atribuir aos conselhos regionais, administrar o património da câmara, elaborar e aprovar o seu regimento e executar as deliberações da Assembleia de Representantes.

- No artigo 36.º prevê-se a elegibilidade do Conselho de Jurisdição por sufrágio universal, directo, secreto e periódico e o sistema de representação proporcional dos seus elementos;

- Foi criada uma nova secção (secção VI) no capítulo III, referente ao Conselho Fiscal, o qual, não obstante previsto, não estava regulado no anterior Projecto;

- No artigo 44.º, n.º 1, estabelece-se a periodicidade das assembleias regionais ordinárias;

- No artigo 44.º, n.º 3, estabelece-se o regime de convocação e funcionamento das assembleias regionais;

- Na alínea h) atribui-se competência aos conselhos regionais para executarem as deliberações das assembleias regionais;

- No artigo 64.º criou-se a possibilidade de aplicação de penas de multa, no âmbito de processos disciplinares, e introduziram-se os critérios para determinação das penas aplicáveis, os quais não constavam do anterior Projecto;

- No artigo 67.º esclarece-se que a apensação de processos disciplinares só pode ser feita quando se encontrem na mesma fase processual;

- No artigo 75.º especifica-se que os acórdãos do Conselho de Jurisdição são proferidos em reunião deste órgão e que o acórdão é assinado por todos os membros presentes;

- No artigo 80.º define-se que a cumprimento da sanção de suspensão tem início a partir do dia seguinte àquele em que a decisão se torna definitiva (por força do princípio da presunção de inocência, que impõe a necessidade de aguardar o trânsito em julgado das decisões);

- É criada uma nova secção (secção VIII) do capítulo V referente aos processos de revisão das sanções disciplinares;

- É criada uma nova secção (Secção IX) do capítulo V referente à possibilidade de reabilitação do topógrafo expulso;

- É criada uma nova secção (secção X) do capítulo V, na qual se consagra a aplicação subsidiária do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, em conformidade com o que decorre do artigo 18.º, n.º 8, da LAP;

- No artigo 87.º consagra-se a necessidade de submeter à apreciação do Conselho de Jurisdição a conformidade legal e estatutária da realização de referendos e, bem assim, a obrigação de submeter a referendo interno as propostas de dissolução da Câmara, tudo em conformidade com o previsto nos

n.ºs 2 e 4 do artigo 21.º da LAP;

- No artigo 97.º especifica-se que os actos dos órgãos da ordem podem ser impugnados administrativamente através dos meios previstos no Código do Procedimento Administrativo e atribui-se ao Provedor de Justiça legitimidade para impugnar a legalidade desses actos, tal como decorre do artigo 46.º, n.º 2, alínea d) da LAP.

São estas, pois, as alterações introduzidas ao Projecto de Estatuto da Ordem dos Topógrafos, sendo que manifestamos, desde já, a nossa total disponibilidade para os esclarecimentos e/ou alterações que V.º Ex.º entenda por convenientes.

Com os melhores cumprimentos,

A Advogada,



- Mafalda Magalhães -